

O 6 de Junho

Comemora-se amanhã o Dia dos Açores e, neste ano, esta data coincide com outra bem significativa: o 6 de junho.

Esta última foi bem marcante na minha história de vida. Estava na altura a frequentar o Liceu Nacional de Ponta Delgada e de manhã, julgo que pela hora de almoço, passou em frente ao Liceu um burro com um cartaz pendurado no seu dorso a dizer “Ai quem me acode nesta aflição!”. À tarde quando saí das aulas estava em frente ao Palácio da Conceição uma grande manifestação. Aproximei-me da multidão e pude ver muitas pessoas que conhecia a entoar palavras de ordem contra o então Governador do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, António Borges Coutinho, e outras a favor da autonomia ou da independência dos Açores. Estive mais tarde em frente do Emissor Regional, que foi ocupado, e segui depois para casa. À noite fui ao aeroporto, que se encontrava barrado com camiões para evitar que de “Lisboa” chegassem tropas.

No fundo, a grande questão que



**SOCIEDADE
ROLANDO
LALANDA
GONÇALVES**
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

motivou a manifestação era simples: a forte discriminação que o poder central (identificado como “Lisboa”) impunha à economia açoriana. Naquela altura estava em causa a fixação de um preço de leite ao produtor, inferior ao praticado no continente. Com efeito, no dia anterior o Governador Civil António

Borges Coutinho, numa entrevista ao Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional (hoje RDP-Açores), tinha justificado de forma muito pouco convincente mais esta discriminação de preço.

É bom lembrar que nos Açores tinha ganho força, desde 1974, a ideia de um projeto político baseado nas “históricas aspirações do povo Açoriano”: uma Autonomia Política, Administrativa e Financeira, assumida de forma enfática pelo então PPD-A liderado pelo Dr. João Bosco Mota Amaral.

Viveu-se nessa altura um debate político intenso, no qual certos movimentos e partidos, que se reclamavam da esquerda, defenderam o centralismo de Lisboa em nome da

manutenção nos Açores dos avanços da Revolução.

Em agosto de 1975, na sequência de acontecimentos provocados pela manifestação do 6 de junho, foi instituída a Junta Regional dos Açores, que substituiu os Governos Cívicos dos Distritos Autónomos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Presidida pelo então Governador Militar dos Açores, General Altino Pinto de Magalhães, esta Junta esteve na base de diversas e importantes medidas políticas que romperam com a divisão distrital; uma de grande importância foi a criação, pela Junta Regional, de uma comissão pluripartidária para preparar o futuro Estatuto Político e Administrativo dos Açores.

Em 1976, após a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 2 de abril e as subsequentes eleições para a Assembleia Regional dos Açores, a 27 de junho, a Junta Regional foi extinta com a tomada de posse, em 8 de setembro, do 1º Governo Regional dos Açores, liderado pelo Dr. Mota Amaral enquanto vencedor das eleições e com uma maioria absoluta.

Nesta perspetiva, o 6 de junho de

1975 tem um importante lugar na História dos Açores na luta contra a discriminação infligida pelo poder central. E hoje? Quantas discriminações estão ainda em curso? Quantos problemas há ainda por resolver? É bom que os partidos reflitam em que medida os seus projetos políticos reforçam a Autonomia. O futuro exige-o! ♦

Não basta promover bem a imagem de Portugal

Recentemente, causaram polémica as declarações do Presidente da República, considerando que a situação na Ucrânia abria oportunidades a Portugal. Na minha opinião, as reações passaram ao lado do sentido da mensagem. Não me parece que estivesse em causa qualquer sugestão de aproveitamento da desgraça

alheia e, sim, a constatação de que estamos a entrar numa nova realidade, em termos geopolíticos e ao nível das relações económicas, dentro da UE e da UE com o mundo, na qual podemos e devemos tentar conquistar parte do espaço que anteriormente era ocupado por terceiros.

A acrescentar alguma coisa à referida intervenção, seria para dizer que além de Portugal ser um destino seguro, nomeadamente para o setor turístico e para o investimento, tem muitas outras mais-valias.

Entre estas, a aposta no reforço das qualificações da população, que nos dá hoje números muito positivos em setores de grande demanda na UE, como as engenharias. O facto de termos uma política de investimento consistente nas energias renováveis, e de possuímos, uma vez feitas as necessárias ligações ao Centro da Europa, uma infraestrutura promissora, tanto para as



**POLÍTICA
MARIA
DA GRAÇA
CARVALHO**
EURODEPUTADA

energias de transição, como o gás, como para o futuro no hidrogénio. Características que fazem de nós parceiros potenciais de outros estados-membros que querem reduzir significativamente a sua atual dependência energética da Rússia e concretizar a transição verde. E ainda, apesar de muitas vezes o desvalorizar-

mos intramuros, o facto de termos empresas, instituições de ensino e de investigação e recursos humanos cujas capacidades são reconhecidas.

Na última semana, participei em dois eventos nos quais Portugal esteve em grande destaque, pela positiva, perante os restantes países da União Europeia.

Entre 23 e 25 de maio, a Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE) do Parlamento Europeu, realizou uma missão a Lisboa. Desta constaram contactos de alto nível com vários membros do governo, incluindo a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e os secretários de Estado do Ambiente e Ação Climática e da Digitalização e Modernização Administrativa. Os eurodeputados, provenientes de vários estados-membros, reuniram ainda com responsáveis da CIP e visitaram instituições de ensino e investigação e polos de inovação de referência, como a Fundação Champalimaud, a

Nova SBE e o Tagus Park. Um grupo menor de deputados esteve ainda no Porto, para visitar o I3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde, e reunir com investigadores do IPATI-MUP e ICBAS na área do cancro.

Já nesta segunda-feira, estive na Feira de Hannover, na Alemanha, o maior evento mundial dedicado às indústrias inovadoras, que neste ano tem Portugal como país em destaque. Acompanhei a visita do nosso primeiro-ministro ao Pavilhão de Portugal, na companhia do chanceler alemão Olaf Scholz. E não é por termos cores políticas diferentes que deixarei de dizer que António Costa mostrou um bom conhecimento da realidade da indústria portuguesa e que se empenhou em promovê-la naquela feira.

O problema, como já escreveu a jornalista Joana Petiz, é que o primeiro-ministro tem de fazer mais do que ser um bom representante de Portugal no exterior. Tem de introduzir as reformas necessárias, em termos de simplicidade e fiabilidade das leis, fiscalidade e funcionamento da justiça, para criar no nosso país um verdadeiro ecossistema favorável à inovação e ao investimento. Com a atual maioria absoluta, não tem desculpas para não o fazer.

Refira-se que este não é um problema exclusivo do nosso país. A própria Comissão Europeia tem caído na tentação

de regulamentar em excesso, em vez de criar as condições objetivas, em termos de incentivos ao investimento e desburocratização de processos, para a recuperação económica e a concretização das transições verde e digital. É isso que as empresas, nacionais e europeias, esperam e pedem. E é por isso que nos batemos no Parlamento Europeu. ♦